

(H)À EDUCAÇÃO | Educação para a cidadania global: uma proposta de contraeducação?

Francisco Parrança da Silva *

parranca.silva@ua.pt

Pensar sobre educação é pensar sobre pessoas, sobre nós, e sobre as relações que estabelecemos e mantemos uns com os outros e com o mundo. Pensar sobre educação é pensar sobre o passado, o presente e o futuro. Mas, se assim é, o que é a educação? Pensamos sobre o quê?

Mais do que currículo ou escola(ridade), programas curriculares ou manuais escolares, avaliações ou formação de professores, importa reconhecer a educação como o legado cultural, linguístico, moral, ético, social, científico e histórico que ao longo dos tempos, em sociedade, vamos transformando e adaptando, tendo em vista aquilo que concordamos ser o essencial e basilar para o adequado desenvolvimento das novas gerações. No contexto global atual, marcado pela crescente interdependência e interconexão entre pessoas e suas comunidades, a educação precisa, mais uma vez, de se transformar e adaptar face os desafios globais que todos enfrentamos enquanto espécie.

Com reforçado interesse ao nível político, social e educativo desde o ano de 2012, quando o anterior Secretário-geral da Organização das Nações Unidas Ban Ki-moon lançou a *Global Education First Initiative*, a Educação para a Cidadania Global tem sido apontada, precisamente, como resposta possível e adequada face os desafios de educar as novas gerações para a paz, a justiça social e a sustentabilidade, para serem cidadãos globais. Contudo, será que conseguimos concretizar tal ideia de educação, considerando a necessária (profunda) transformação e adaptação da educação atual?

Jorge Luis Borges, escritor argentino, escreveu um pequeno conto que intitulou “Del rigor en la ciencia” e que muito me parece ser retrato da educação que hoje, no século XXI, possibilitamos aos nossos mais novos cidadãos. O autor conta a história de um colégio de cartógrafos que desiludido com a dimensão dos mapas com os quais trabalhava – já que o mapa do Distrito ocupava, apenas, um Município inteiro, e o do País, apenas, todo um Distrito –, decide criar um mapa do País que o replicasse ponto por ponto, milha por milha, da forma mais precisa e exata. Como resultado, as pessoas passaram a habitar o mapa do País e não o País, vivendo-o e mantendo-o tal e qual como ele sempre foi – ou pelo menos, desde que os cartógrafos o criaram.

Já não nos preocupamos em educar pessoas. Aquilo que nos interessa é cumprir programas e metas curriculares, dizem uns, que se tenha boas notas e se saiba matemática, dizem outros, que a escola seja bem avaliada ou o curso de graduação esteja bem posicionado no ranking, diz aqueloutro. Educamos dentro do mapa, vivemos dentro do mapa. Em vez de educarmos as novas gerações a apontar o dedo e a questionar de forma crítica e criativa aquilo que encontram no mapa, estamos preocupados que elas saibam o que está no mapa, decorem o sítio e lugar de todos, de tudo e de todas as coisas, para que passem, elas próprias, a ser parte do mapa, para que o saibam manter e preservar. Para que conheçam os seus limites, a sua legenda e compreendam o seu modo de leitura. É preciso educar cidadãos capazes de apontar o dedo. Contra a tradição, mais do que educar mentes para conhecer aquilo para onde apontam, é preciso educar dedos que saibam apontar e questionar aquilo que (acham que) conhecem.

Apontar o dedo é feio, acham alguns. Apontar o dedo é preciso, acho eu.

Artigo escrito ao abrigo do novo Acordo Ortográfico

* Centro de Investigação em Didática e Tecnologia na Formação de Formadores (CIDTFF) da Universidade de Aveiro